



LEI ORDINÁRIA Nº 1971

de 21 de novembro de 2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR LOTES DE TERRENO DE SUA PROPRIEDADE AOS BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE INTERESSE SOCIAL.

*GUILHERME ALVES MONTEIRO, Prefeito do Município de Jardim-MS,
Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais, Faço saber que
a Câmara Municipal de Jardim, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

Art. 1º..

*O Poder Executivo Municipal fica autorizado a doar às famílias
beneficiárias os imóveis assim identificados:*

**50 (cinquenta) lotes, localizados no Município de Jardim/MS,
registrados nas matrículas abaixo relacionadas:**

I. Quadra Nº 04 – Vila Cachoeirinha - 10 Lotes

a). Lote 51, Matrícula nº 22.054;

b). Lote 52, Matrícula nº 22.055;

c). Lote 53, Matrícula nº 22.056;

d). Lote 54, Matrícula nº 22.057;

e). Lote 55, Matrícula nº 22.058;

f). Lote 56, Matrícula nº 22.059;

g). Lote 57, Matrícula nº 22.060;

h). Lote 58, Matrícula nº 22.061;

i). Lote 59, Matrícula nº 22.062;

j). Lote 60, Matrícula nº 22.063;

II. Quadra nº 03-A – Jardim Panorama “A” – 15 Lotes

a). Lote 02, Matrícula nº 21.989;

b). Lote 03, Matrícula nº 21.990;

c). Lote 04, Matrícula nº 21.991;

d). Lote 05, Matrícula nº 21.992;

e). Lote 06, Matrícula nº 21.993;

f).

Lote 07, Matrícula nº 21.994;

g). Lote 08, Matrícula nº 21.995;

h).

Lote 09, Matrícula nº 21.996;

i).

Lote 10, Matrícula nº 21.997;

j).

Lote 11, Matrícula nº 21.998;

k). Lote 12, Matrícula nº 21.999;

l). Lote 13, Matrícula nº 22.000;

m). Lote 14, Matrícula nº 22.001;

n). Lote 15, Matrícula nº 22.002;

o). Lote 16, Matrícula nº 22.003;

III. Quadra nº 03-B – – Jardim Panorama “A” – 15 Lotes

a). Lote 17, Matrícula nº 22.004;

b). Lote 18, Matrícula nº 22.005;

c). Lote 19, Matrícula nº 22.006;

d). Lote 20, Matrícula nº 22.007;

e). Lote 21, Matrícula nº 22.008;

f). Lote 22, Matrícula nº 22.009;

g). Lote 23, Matrícula nº 22.010;

h).

Lote 24, Matrícula nº 22.011;

i). Lote 25, Matrícula nº 22.012;

j). Lote 26, Matrícula nº 22.013;

k). Lote 27, Matrícula nº 22.014;

l). Lote 28, Matrícula nº 22.015;

m). Lote 29, Matrícula nº 22.016;

n). Lote 30, Matrícula nº 22.017;

o). Lote 31, Matrícula nº 22.018;

IV. Quadra 04 - Jardim Panorama "A" – 08 Lotes

a). Lote 01, Matrícula nº 21.975;

b). Lote 02, Matrícula nº 21.976;

c). Lote 03, Matrícula nº 21.977;

d). Lote 04, Matrícula nº 21.978;

e). Lote 05, Matrícula nº 21.979;

f). Lote 06, Matrícula nº 21.980;

g). Lote 07, Matrícula nº 21.981;

h). Lote 08, Matrícula nº 21.982;

V. Loteamento Parque das Araras – 02 Lotes

a). Lote 72, Matrícula nº 21.984;

b). Lote 73, Matrícula nº 21.985;

Art. 2º..

Os referidos Lotes serão doados às famílias selecionadas em Programa de Habitação de Interesse Social, instituído pelo Município, Estado ou União, com a finalidade exclusiva de construção de moradias em conformidade com as normas estabelecidas nos referidos programas.

Art. 3º..

A pessoa beneficiária terá o encargo de utilizar o imóvel doado nos termos desta Lei exclusivamente para construção de unidades habitacionais.

Art. 4º..

A construção das Unidades Habitacionais nos imóveis a serem doados nos termos desta Lei ficará dispensada de pagamento dos seguintes tributos e taxas municipais:

I.

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, no período compreendido da construção até a expedição do habite-se;

II.

ISSQN – Isenção do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, incidente sobre as operações relativas à construção de unidades habitacionais e obras de infraestrutura necessária a viabilização do empreendimento;

III.

Taxas referentes à expedição de alvará de construção e habite-se;

IV.

ITBI - Imposto de Transmissão de bens imóveis, quando da transferência da propriedade do imóvel do Município para a pessoa beneficiada, na efetivação a doação.

Art. 5º..

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Parceria com as demais instituições públicas ou privadas para concretização de Programa Habitacional de Interesse Social.

Art. 6º..

Só Poderão ser beneficiadas pelo programa de interesse social as famílias que atendam ao estabelecido na respectiva legislação do Programa instituído.

Art. 7º..

As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessárias, com contrapartidas complementares.

Art. 8º.. *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

JARDIM - M, 21 DE NOVEMBRO DE 2019

GUILHERME ALVES MONTEIRO *Prefeito Municipal*

Lei Ordinária Nº 1971/2019 - 21 de novembro de 2019

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em